

SANTO; NILZARDO CARNEIRO LEÃO e RUY DA COSTA ANTUNES. Ausência justificada: Conselheiro DAMÁSIO EVANGELISTA DE JESUS. Convidados: Doutores ROBERTO SALVADOR SCARINGELLA - Presidente do CONTRAN-MJ, NERVAL FERREIRA BRAGA FILHO - Diretor-Geral do DENATRAN-MJ e CARLOS ALBERTO MUNES, apresentando o Secretário de Justiça e Segurança Pública do Ministério da Justiça. I - Proposta de Reforma nas Penalizações dos Delitos de Trânsito - Expositores: Drs. ROBERTO SALVADOR SCARINGELLA - Presidente do CONTRAN-MJ e Dr. NERVAL FERREIRA BRAGA FILHO - Diretor-Geral do DENATRAN-MJ. Pelo primeiro expositor foi abordado o tema, oportunidade em que transmitiu informações que revelam extrema preocupação com elevado índice de mortes por acidentes de trânsito no Brasil, tendo em vista falhas existentes na legislação e ainda a falta de orientação aos motoristas pelos meios de comunicação. Disse ainda que é urgente a necessidade de um entrosamento entre o CNCP, CONTRAN e DENATRAN, para que juntos, elaborem um estudo que possa viabilizar o aumento das penalidades, principalmente as pecuniárias. A par disso informou ainda que vem enviando, em conjunto com o SENAC e a rede escolar, no sentido de inserir em seus programas, orientações tanto no que diz respeito às regras para dirigir veículos, quanto às responsabilidades pertinentes. Pelo segundo expositor foram ratificadas as palavras do primeiro, acentuando a necessidade do trabalho conjunto entre os órgãos aludidos, no sentido de promoverem a reforma da legislação quanto a delitos de trânsito. Pelo Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, foi ressaltada a importância do aspecto pedagógico abordado pelo primeiro expositor. Pelo Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO foi dito que talvez somente o agravamento das sanções penais não irão resolver a questão e sim, a adoção de uma política de prevenção através de cursos e utilização dos meios de comunicação para orientar a clientela envolvida. Face ao que foi exposto, o Presidente designou o Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO, para colaborar com o CONTRAN e DENATRAN-MJ no sentido de prepararem o documento legal sobre o aludido tema, podendo, o assunto, ser apreciado nas sessões do Conselho que serão realizadas em Curitiba-PR, quando do Encontro de Procuradores de Justiça, no início do mês de março de 1990. II - Processos e expedientes relacionados: a) Conselheiro MARIA CLÁUDIA DE SOUSA FÓZ DESTRI: 19) Processo-PR-0005.789/89 - Assunto: Projeto de Lei nº 2.941/89 - Proíbe a exploração comercial de aparelhos eletrônicos de diversão. VOTO: pelo acolhimento do Projeto proposto; Decisão CNCP: pela concessão de vista ao Conselheiro HERMINIO ALBERTO MARQUES PORTO. 29) Processo-MJ nº 08000.007.347/89-36 - Assunto: Apelo à realização de consulta plebiscitária com vistas à instituição de uma política de merenda. VOTO: "Não, voto não é no sentido de transmitir à Secretaria de Estudos Acompanhamento Legislativo manifestação contrária à aprovação da proposição. Sendo, todavia, polêmica a questão, submeto essa opinião, com respeito, aos demais Ilustres Senhores Conselheiros." Decisão CNCP: pela aprovação unânime. 39) Processo-MJ nº 08000.014.088/89-19 - Assunto: Denúncia. VOTO:

"Por total carência de fundamentos dignos de credibilidade em que se possa basear um parecer, opino pela remessa de ofício, instruído com os documentos de fls. 2 e verso; 3 e verso; 4 e verso." Usou 11, do Excelentíssimo Sr. Dr. Desembargador-Corregedor Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, que poderia conhecer a realidade da situação e a quem competiria tomar as providências que se fizerem necessárias. Decisão CNCP: pela aprovação unânime; 49) Processo-MJ nº 08000.002.570/88-89 - Assunto: Denúncia. VOTO: "Opino pelo encaminhamento de ofício ao Exmo. Sr. Dr. Desembargador-Corregedor Geral da Justiça do Estado de Minas Gerais, solicitando seja instaurada sindicância pela Comarca da Comarca, oportunidade em que os detentores sejam ouvidos na presença do MM. Juiz e do Promotor de Justiça, distantes das autoridades das ditas autoridades, ouvindo-se, também, os representantes do Conselho da Comunidade e a Defensoria Pública." Decisão CNCP: pela aprovação unânime; 59) Processo-MJ nº 08000.008.084/89-38 - Assunto: Projeto de Lei nº 1.325/88 - Estabelece prisão especial para os integrantes do 260, do Código Penal, visando definir como crime e prática de atos que resulte em desastre ferroviário. VOTO: "Conquanto louvável a preocupação que deu início à proposição em estudo, entendo não merecer prosperar, pelo seguintes motivos: 19) Tem sido política deste Conselho de não considerar delações isoladas da parte especial do Código Penal. Ocorre que, no final do ano, o Páris Oficial da União, texto do Anteprojeto da Parte Especial do Código Penal, elaborado por Comissão da qual fizera parte Ilustres membros deste Órgão. Com esse trabalho buscou-se receber sugestões e estimular debates, levantando-se questões sobre toda a matéria. Penso que o melhor é dar-se um tratamento geral à Parte Especial do Código Penal, elaborando-se trabalhos sistemáticos, a partir de análise minuciosa do todo visando melhor atender ao interesse público, através de um elenco de tipos penais que representem a necessidade atualizada e real da sociedade nacional. 29) Por outro lado, entendo que o inciso IV, do artigo 260, objeto do expediente em questão, tipifica as condutas narradas na justificativa, que causam preocupação, mas que estão sendo desprezadas, ou melhor dizendo, não estão merecendo o devido cuidado por parte da Justiça. Assim sendo, voto contra a aprovação da proposição." Decisão CNCP: pela aprovação unânime; b) Conselheiro LUIZ CHEMIM GUIMARÃES: 19) Processo-PR nº 00001.001662/89-00 - Assunto: Projeto de Lei nº 17 - Proíbe a existência de celas para castigo de presos. VOTO: Projeto de Lei. Proibição da existência, nas delegacias de polícia e nos estabelecimentos penais, de celas tamanho reduzido ou iluminação e ventilação inadequadas, utilizadas para castigo de presos. Descabimento. Circunstâncias já proibidas pela legislação em vigor. Projeto rejeitado. Decisão CNCP: pela aprovação unânime; 29) Processo-PR nº 00001.1764/89 - Assunto: Projeto de Lei nº 985/88 - Considera crime de apropriação indebita a retenção de negativos por fotógrafos profissionais. VOTO: "Projeto de Lei. Retenção de criminalização retenção de negativos por fotógrafos profissionais. Das tantas medidas legislativas indesejáveis ao acatamento das atividades hemerográficas. VOTO: pelo acolhimento do projeto. Decisão CNCP: pela concessão de vista ao Conselheiro RUY DA COSTA ANTUNES e distribuição de cópias do parecer a todos os Conselheiros, em acatamento à solicitação da Conselheira MARIA CLÁUDIA DE SOUSA FÓZ DESTRI; 59) Processo-MJ nº 08000.011974 - Assunto: Proposta de emenda à Constituição no que concerne aos crimes de sequestro. VOTO: "Cair de se

questão. Proposta de emenda à Constituição Federal. Impedimento de habere corpus, livramento condicional e fiança. Apuração e julgamento pela Polícia Federal e Justiça Federal, respectivamente. Fixação de pena inferior à vigente. Inadmissibilidade. Existência de Projeto de Lei em andamento, prejudicando, em parte, a proposta. Descabimento da limitação do habeas corpus e do livramento condicional. Apuração do crime de sequestro pela Polícia Federal e julgamento pela Justiça Federal inoponíveis. Proposta rejeitada." Decisão CNCP: pela aprovação unânime. 69) Processo-PR nº 00001.005.797/89-72 - Assunto: Projeto de Lei nº 2.005/89 - Estabelece as penas para o crime de usura previsto no parágrafo 3º do artigo 192 da C.F.; VOTO: "Projeto de Lei estabelecendo pena para o crime de usura, previsto no § 3º, inciso VIII, da C.F. e outras providências. Acabamento em parte. Complementação do texto constitucional previsto. Admissibilidade desde que não haja colisão. Projeto aprovado parcialmente." Decisão CNCP: pelo adiamento da discussão e retorno da matéria à pauta da próxima sessão; c) Conselheiro LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY: 19) Processo-PR nº 00001.003500/89 - Assunto: Projeto de Lei nº 191/88 - Define crime contra a guarda da criança e do adolescente, punindo o abuso, a violação e a exploração sexual de menores (art. 227, item VI e § 9º da Constituição Federal); VOTO: pela rejeição; Decisão CNCP: pela aprovação unânime; 29) Processo-PR nº 00001.003044/89 - Assunto: Projeto de Lei nº 1.829/89 - Transforma em crime de ação privada de ação pública, não intencada no prazo legal (art. 59, inciso XIX da C.F.). VOTO: "A pena cupação denunciada pelo promotor, já está atendida há muitos anos pelo Código de Processo Penal, no qual se dispõe sobre a ação penal pública de subsidiária da pública, quando o Ministério Público não elaborar sua manifestação no prazo legal, seja o oferecimento da denúncia, requisição de novas diligências ou requerimento de arquivamento. Assim sendo, opino pela rejeição do projeto de Lei." Decisão CNCP: pela aprovação unânime; d) Conselheiro HERMINIO ALBERTO MARQUES PORTO: 19) Processo-PR nº 00001.006644/89-05 - Assunto: Projeto de Lei nº 137/89 - Define crime contra a liberdade individual - VOTO: pelo acolhimento; Decisão CNCP: pela aprovação unânime. Face a exiguidade de tempo, o Presidente encerrou a sessão. Merecendo aprovação, a presente ata será assinada pelo Presidente e por mim Secretária-Executiva.

JOÃO BENEDITO DE AZEVEDO MARQUES
Presidente

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária-Executiva

ATA DA 174ª REUNIÃO ORDINÁRIA (21.11.89) MANHÃ

As 10:00 do dia vinte e um de novembro de 1989, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, em Brasília-DF, no Edifício-Sede do Ministério da Justiça - Sala 304, sob a Presidência do Doutor JOÃO BENEDITO DE AZEVEDO MARQUES. Conselheiros presentes: EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, HERMINIO ALBERTO MARQUES PORTO, HUGO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY, JASON SOARES ALBERGARIA, LUIZ CHEMIM GUIMARÃES e MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO. Ausências justificadas: DAMÁSIO EVANGELISTA DE JESUS, LUIZ ANTONIO GUIMARÃES MARREY, MARIA CLÁUDIA DE SOUSA FÓZ DESTRI, NILZARDO CARNEIRO LEÃO e RUY DA COSTA ANTUNES. I - Penitenciária Central do Paraná - Rebelião - Relator: Conselheiro LUIZ CHEMIM GUIMARÃES. Segundo o expositor o estabelecimento embora ainda seja modelo no País, a rebelião ocorreu e trouxe consequências desastrosas tais como mortes de condenados e de um funcionário quando da invasão da Polícia Militar ao estabelecimento, em consequência da não aceitação pelos presos, que, além de haverem conseguido das autoridades parte do que haviam solicitado, a eles não foi cedido o armamento. Além dos mortos, o Diretor e Vice-Diretor da Penitenciária restaram gravemente feridos. O estabelecimento tem capacidade para 550 condenados; é quase inexistente ocioso, tendo em vista o trabalho que lá se desenvolve. Indagados inicialmente as razões que os levaram à rebelião, informaram que seria a busca da liberdade e até certo ponto necessidade de Assistência Jurídica, face ao acúmulo de processos na Vara de Execuções Criminais. Finalizando o Relator informou que foi aberto inquérito para apurar o assunto. Ante o exposto o Presidente designou o Relator para acompanhar o andamento do inquérito e trazer informações ao Conselho. II - Processos e expedientes relacionados: a) Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA: 19) Processo-PR nº 00001.003666/89-22 - Assunto: Projeto de Lei nº 1.325/88 - Estabelece prisão especial para os integrantes do Magistério de qualquer nível ou grau de ensino; VOTO: pela aprovação do projeto; Decisão CNCP: pela aprovação unânime; 29) Processo-PR nº 00001.02650/5 - Assunto: Projeto de Lei nº 1654 - Regulamenta o disposto no inciso X, Art. 79 da C.F.; VOTO: pela aprovação, com restrições e apensação deste ao Processo-PR nº 00001.004279/89-22 - Decisão CNCP: pela aprovação unânime e concessão de vista ao Conselheiro MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO; 39) Processo-PR nº 00001.002289/13 - Assunto: Projeto de Lei nº 985/89 - Declara nula as provas obtidas mediante o emprego de tortura; VOTO: pela aprovação do projeto em sua íntegra e apensação a este do Processo-MJ nº 08000.011.384/89-76; Decisão CNCP: pela aprovação unânime; 49) Processo-PR nº 00001.001.631/89-23 - Assunto: Projeto de Lei nº 1.475/89 - Dispõe sobre a execução penal; VOTO: pela rejeição; Decisão CNCP: pela aprovação unânime; 59) Processo-PR nº 00001.02891/89-51 - Assunto: Projeto de Lei nº 1.621/89 - Determina que a pena privativa de liberdade seja cumprida na Comarca de nascimento do condenado; VOTO: pela rejeição; Decisão CNCP: pela aprovação unânime; 69) Processo-MJ nº 08000.011282/89-41 - Assunto: Projeto de Lei nº 2.310/89 - Institui as Colônias Agrícolas e Agroindustriais; no âmbito da Administração Penitenciária Federal, cria o Fundo Penitenciário Nacional; VOTO: pela rejeição e apensação ao Processo-MJ nº 08000.011.587/89-94 - Decisão CNCP: pela aprovação unânime; 79) Processo-MJ nº 08000.004319/89-94 - Assunto: Relatório de visita à Central de recolhimento - CEREC - Maranhão; VOTO: pela remessa do Processo à SEJUSP, para inspeccionar a CEREC-MA, e, verificar se a denúncia constante no relatório ainda persiste; Decisão CNCP: pela aprovação unânime e as providências pertinentes; 89) Processo-MJ nº 08000.011973/89-27 - Assunto: Sugere a pena de morte para os condenados que com a idade e a sentença somadas completam 70 anos; VOTO: pela rejeição - Decisão CNCP: pela aprovação unânime; b) Conselheiro HUGO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY: 19) Processo-MJ nº 08000.011.895/89-15 - Assunto: Relatório de Atividades do Conselho Penitenciário - NG; VOTO: pela aprovação; Decisão CNCP: pela aprovação unânime; 29) Processo-MJ nº 08000.011.894/89-32 - Assunto: Sugestões no sentido de que processos com condenações graves com mais de 70 anos sejam liberados; VOTO: pelo envio de cópia do Decreto de Indulto Natalino - ano 1989; Decisão CNCP: pela aprovação unânime; 39) Processo-MJ nº 08000.011.011/89-69 - Assunto: Sugestões para alteração do Código de Processo